



**FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS
SOCIAIS APLICADAS - FATECS
CURSO: COMUNICAÇÃO SOCIAL
HABILITAÇÃO: JORNALISMO**

**CASOS ESCOLA BASE E ISABELLA NARDONI: A ANÁLISE DA NOTÍCIA DO
JORNAL NACIONAL**

BRUNA ATHAYDE

RA: 2051295/1

PROFESSORA ORIENTADORA: GLÁUCIA MAGALHÃES

Brasília/DF, outubro de 2008.

BRUNA ATHAYDE

**CASOS ESCOLA BASE E ISABELLA NARDONI: A ANÁLISE DA NOTÍCIA DO
JORNAL NACIONAL**

Monografia apresentada como um dos requisitos para conclusão do Curso de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, do Centro Universitário de Brasília.

Orientador(a): Prof.^a Gláucia Magalhães.

Brasília/DF, outubro de 2008.

BRUNA ATHAYDE

**CASOS ESCOLA BASE E ISABELLA NARDONI: A ANÁLISE DA NOTÍCIA DO
JORNAL NACIONAL**

Monografia apresentada como um dos requisitos para conclusão do Curso de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, do Centro Universitário de Brasília.

Orientador(a): Prof.^a Gláucia Magalhães.

Banca examinadora:

**Prof.^a Gláucia Magalhães
Orientadora**

**Prof.^a Ana Paula Ferrari
Examinadora**

**Prof.^a Mônica Prado
Examinadora**

Brasília/DF, outubro de 2008.

Dedico este trabalho à minha mãe, que sempre esteve ao meu lado oferecendo força, apoio e conforto para enfrentar todas as intempéries impostas pela vida diariamente.

AGRADECIMENTOS

Pela atenção e pelo estímulo, agradeço à professora orientadora Gláucia Magalhães por se mostrar sempre acessível para tirar todas as dúvidas acerca do tema.

RESUMO

Jornalismo é a atividade profissional que tem a notícia como matéria-prima. O alvo da notícia divulgada pela imprensa é a sociedade, com quem o jornalista e o meio de comunicação no qual ele trabalha mantêm o compromisso de bem informar. A qualidade da informação passada para o público depende, essencialmente, da apuração, da fonte usada na matéria e dos valores éticos do jornalista que a escreveu, assim como do veículo de que faz parte. Por esses motivos surge a necessidade de rediscutir as questões éticas acerca do jornalismo. Faz-se essencial a revisão do papel do jornalista na sociedade e a lembrança de que o compromisso da profissão se dá com o público e ultrapassa, inclusive, a relação do jornal com o jornalista. São valores como estes que parecem ter se perdido no tempo e no espaço e que, por isso, precisam ser a toda hora lembrados pelo profissional da área.

Palavras-chave: jornalismo, ética no jornalismo, notícia, sociedade, informação, público.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 Direito à informação.....	13
2.2 O conceito de jornalismo.....	13
2.3. A notícia.....	14
2.4 A busca pela objetividade.....	15
2.5 Jornalismo opinativo <i>versus</i> jornalismo informativo e interpretativo.....	16
2.6 A importância da ética jornalística.....	18
3 METODOLOGIA	20
4 APRESENTAÇÃO DOS CASOS	21
4.1 Caso Escola Base.....	21
4.2 Caso Isabella Nardoni.....	22
4.3 Análise de conteúdo e de discurso.....	22
4.4 Análise de conteúdo do caso Escola Base.....	23
4.5 Análise de conteúdo do caso Isabella Nardoni.....	24
4.6 Análise de discurso.....	26
5 CONCLUSÃO	33
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	35
APÊNDICES	36
ANEXOS	42

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso tem como principal objetivo analisar e contextualizar a postura e o procedimento adotados pela imprensa ao abordar os casos Escola Base e Isabella Nardoni.

Os dois casos tiveram início no final de março, de 1994 (Escola Base) e 2008 (Isabella Nardoni). As primeiras denúncias na Escola Infantil Base, que ficava no bairro da Aclimação, na Zona Sul de São Paulo, começaram a surgir no dia 29 de março de 1994, quando a polícia fez uma busca no apartamento do casal Mara Cristina França e Saulo da Costa Nunes, suspeitos de abusarem sexualmente de crianças de 4 anos de idade.

O caso Isabella Nardoni iniciou-se na mesma data, 29 de março, só que 14 anos depois, no ano de 2008. Neste dia, o Jornal Nacional noticiou a queda de uma menina de 5 anos do 6º andar do Edifício London, no bairro da Vila Mazzei, também na cidade de São Paulo.

Como é ensinado no curso de Jornalismo, o profissional da área tem, antes de qualquer outro comprometimento, o dever de informar os acontecimentos com isenção, clareza e objetividade, sem se envolver emocionalmente com o fato que está sendo noticiado. A imparcialidade é um valor que deve ser perseguido pelo jornalista durante toda a vida profissional.

Os casos Escola Base e Isabella Nardoni foram escolhidos porque obtiveram intensa cobertura da imprensa, ocuparam lugares de destaque nos noticiários e despertaram grande clamor por parte da população.

Este trabalho visa verificar, justamente, se os acontecimentos supracitados foram veiculados de forma imparcial e objetiva, com o devido distanciamento por parte dos jornalistas. Também será analisado o uso de fontes oficiais nas matérias que tratam do caso Escola Base e do caso Isabella Nardoni.

1.1. Tema

Este trabalho de conclusão de curso tem como objeto de estudo a ética jornalística nos casos Escola Base, que aconteceu em 1994, e Isabella Nardoni (2008). Será verificada se

a conduta da imprensa foi ética, se os fatos foram expostos com isenção e distanciamento e se houve mudança na postura do Jornal Nacional ao abordar notícias polêmicas.

1.2 Justificativa

O tema é relevante para a comunicação social porque propõe uma avaliação da postura adotada pela imprensa. A pesquisadora escolheu analisar os casos Escola Base e Isabella Nardoni porque ambos possuem pontos convergentes como: o dia de sua deflagração, 29 de março, por envolverem crianças e instigarem intensa participação popular por conta das reportagens exibidas.

A pesquisa tem como finalidade analisar se há falta de apuração da imprensa, e se esta prefere acreditar na “verdade” que é mais “vendável” do que buscar o fato de forma crua, livre de julgamentos prévios de quem a divulga.

O estudo dos casos Escola Base e Isabella Nardoni visa verificar a postura do Jornal Nacional em relação aos acontecimentos e se eles foram relatados de forma isenta pelos jornalistas, de modo a não antecipar qualquer tipo de julgamento dos envolvidos por parte da população, já que os casos são polêmicos e despertaram o clamor da população no momento em que foram noticiados.

A análise também tem como objetivo observar se há mudança de posicionamento da imprensa, especificamente do Jornal Nacional, em relação ao acontecimento que será noticiado, assim como o uso de fontes oficiais.

No referencial teórico serão apresentadas teorias do jornalismo que explicam por que casos como o da Escola Base e da menina Isabella Nardoni adquiriram tanto espaço e visibilidade na mídia.

Uma dessas teorias do jornalismo é a do valor-notícia, que tem como fatores determinantes, segundo Traquina (2005, p. 95), o insólito, o extraordinário, o catastrófico, a violência e a morte.

Segundo os critérios citados por Traquina, os casos Escola Base e Isabella Nardoni encaixam-se em todos os quesitos determinantes que fazem um acontecimento virar notícia.

O inédito e o insólito consistem, justamente, na tragédia e no inesperado, que surpreende o público e, conseqüentemente, aumenta o espaço dado pela imprensa aos casos noticiados e aos seus desdobramentos.

Como jornalismo é uma ferramenta de divulgação de acontecimentos e de pontos de vista – e sempre deve ser visto como tal – a população não deve apenas aceitar os fatos como eles são noticiados e sim questioná-los e exigir uma postura ética da imprensa.

As fontes também devem ser incansavelmente consultadas, até que se chegue a uma conclusão acerca do que está sendo divulgado. Todos os pontos de vista devem ser expostos, e não apenas aqueles que convergem com a linha editorial do veículo e dos profissionais que nele trabalham.

Como é ensinado no curso de Jornalismo, quando só há uma fonte, não é matéria. E essa pluralidade de opiniões deve ser explorada pela mídia. É justamente isso que estimula o debate e as conclusões, que devem ser tiradas pela população, e não pelo meio que noticia o fato.

1.3. Hipótese

Um ponto que talvez tenha sido esquecido pelos jornalistas que fazem a cobertura de casos que envolvem muita polêmica como o da Escola Base e o da menina Isabella Nardoni é que o jornalismo cumpre uma função social e que é dever do profissional da área bem informar o público, fato que não envolve julgamentos antecipados, nem parcialidade. Essas funções podem ser deixadas para o jornalismo opinativo, que parte do princípio de expor um determinado ponto de vista.

1.4. Objetivo Geral

O objetivo principal desta pesquisa é analisar a conduta adotada pela imprensa e a postura especificamente do Jornal Nacional ao abordar os casos Escola Base e Isabella Nardoni.

Será feita, também, uma análise da postura do veículo de comunicação após o caso Escola Base, que é apresentado por profissionais do jornalismo como um dos maiores erros cometidos pela imprensa, já que as pessoas acusadas erroneamente de cometerem abuso sexual contra crianças de 4 anos foram inocentadas.

Também entram nesse mérito algumas das dificuldades da profissão, como o pouco tempo para apurar os dados e os valores tidos como universais pelo jornalismo, como imparcialidade e objetividade.

1.5. Objetivos específicos

1. Analisar como o Jornal Nacional abordou os casos Escola Base e Isabella Nardoni;
2. Verificar o uso de fontes oficiais nas matérias do JN nas matérias sobre os casos supracitados;
3. Comparar a abordagem e a postura do Jornal Nacional de um caso para o outro.

1.6. Abordagem metodológica: análise de discurso e análise de conteúdo

O objeto da análise são reportagens sobre os casos Escola Base e Isabella Nardoni, ocorridos em 1994 e 2008, respectivamente. As matérias analisadas foram veiculadas no Jornal Nacional, da TV Globo. O principal ponto de análise será o método em que o assunto é abordado pela emissora e se houve mudança editorial ou alguma distinção na postura dos jornalistas de um caso para o outro.

O principal método de pesquisa constitui-se, principalmente, em verificar a apuração e o posicionamento dos repórteres em dois acontecimentos distintos que chocaram e mobilizaram a população. Outros pontos a serem observados são o tempo e a importância dados às reportagens.

A comparação entre um caso e outro é relevante para que seja observado se, nesses 14 anos que se passaram entre os dois acontecimentos, os jornalistas continuam usando fontes oficiais como única via de fornecimento da informação e se, depois do grande

engano cometido no Caso Escola Base, os jornalistas adotaram uma nova postura acerca de assuntos que gerem participação popular ostensiva. Pontos convergentes e divergentes serão descritos e enumerados no estudo.

A pesquisa bibliográfica será baseada nas teorias do jornalismo, como valor-notícia e preâmbulos tidos como universais para o jornalista, como imparcialidade e objetividade, além da ética no jornalismo.

1.7. Estrutura do trabalho

Em um primeiro plano apresenta-se o referencial teórico, que contém os conceitos de jornalismo e da notícia e aborda a ética na imprensa. Após a apresentação do desenvolvimento do trabalho, descreve-se a metodologia com os critérios utilizados para fazer a análise do material da pesquisa. No capítulo IV faz-se as análises de conteúdo e de discurso. Por fim, expõe-se a conclusão sobre o conteúdo analisado.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Direito à informação

O direito dos cidadãos à informação é um dos pilares das democracias ocidentais. A democracia permite que o público faça escolhas e tome decisões responsáveis, tendo em vista o grande número de opções que podem ser usadas como base para fundamentar opiniões.

De acordo com o artigo 5º da Constituição Federal promulgada em 1988, “é assegurado a todos o direito à informação”. O papel do jornalismo é informar e trazer às pessoas conteúdos isentos. Para isso, é necessário ouvir todas as partes envolvidas na história a ser relatada.

Beltrão (1976, p. 27) conceitua jornalismo como a “informação de idéias, situações e fatos atuais, interpretados à luz do interesse coletivo e transmitidos periodicamente à sociedade, com o objetivo de difundir conhecimentos e orientar a opinião pública, no sentido de promover o bem comum”.

A profissão tem como principal atividade lidar com a divulgação de informações e formulação de notícias. Para esclarecer os pontos principais da atividade, é preciso antes entender o conceito de notícia, que é o produto oferecido pelos jornalistas.

2.2. O conceito de jornalismo

Jornalismo: atividade profissional que tem por objeto a apuração, o processamento e a transmissão periódica de informações da atualidade para o grande público ou para determinados segmentos desse público, através de

veículos de difusão coletiva (jornal, revista, rádio, televisão, cinema, etc). (RABAÇA, 2001, p. 405)

Segundo Beltrão (1976, p. 11), jornalismo é a “informação da atualidade, de situações que estão ocorrendo, desenrolando-se ou atuando em e sobre determinada comunidade no momento preciso de sua manifestação”.

Por esse motivo,

O jornalismo não se ocupa do exclusivamente privado, do rotineiro, do que tem significado apenas para um indivíduo ou para um pequeno e específico grupo social. O objeto do jornalismo é a atualidade de interesse abrangente, que se projeta dos limites espaciais em que se origina para atingir vastos círculos de pessoas e instituições que, sem o seu conhecimento, seriam alvos indefesos e inadvertidos dos efeitos da ação desencadeada, quer lhes fossem, ou não, benéficos. (BELTRÃO, 1976, p. 11)

2.3. A notícia

Notícia: relato de fatos ou acontecimentos atuais, de interesse e importância para a comunidade e capaz de ser compreendido pelo público. É em busca da notícia que se desenvolve toda a atividade jornalística. (RABAÇA, 2001, p. 513)

As notícias, segundo Erbolato (1979, p. 46), são a “matéria-prima do jornalismo, pois somente depois de conhecidas e divulgadas é que os assuntos aos quais se referem podem ser comentados, interpretados e pesquisados”.

De acordo com Traquina (2005, p. 95), a notícia é composta por valores como “o insólito, o extraordinário, o catastrófico, a guerra, a violência, a morte, a celebridade”. Esses são alguns dos fatores cruciais levados em conta na hora de fazer a seleção do que será ou não utilizado dentre o grande número de informações que chegam à imprensa todos os dias.

Pena (2005, p. 72) também destaca, entre outras prioridades na hora de fazer a escolha do que vai ou não ser veiculado, o que Wolff chama de “categorias substantivas”, como a importância e quantidade dos envolvidos, os interesses nacional e humano, além de fatos excepcionais – critério que também obtém destaque na visão de Traquina.

Outros fatores importantes de acordo com Pena são a acessibilidade à fonte/local, formatação prévia/manuais e política editorial, que acaba sendo um dos fatores mais relevantes para decidir se o conteúdo recebido será noticiado e de que forma o assunto será abordado.

Tendo em vista os “valores-notícia” listados pelos autores, é possível analisar que grande parte das matérias publicadas nos veículos de comunicação enquadra-se em todos ou em quase todos os critérios.

Traquina (2005, p. 95) acrescenta que os valores-notícia – que são as características que tornam um fato noticiável – não são imutáveis e que apresentam “mudanças de uma época histórica para a outra, com sensibilidades diversas de uma localidade para outra, com destaques diversos de uma empresa jornalística para a outra, tendo em conta as políticas editoriais”.

Depois de listar quais são os critérios que definem se um fato pode ou não se tornar notícia (o insólito, o extraordinário, o catastrófico, a guerra, a violência, a morte, a celebridade), é importante conceituar a ética do jornalismo, visto que tudo que é repercutido pela imprensa ganha grande notoriedade e, desse modo, acaba afetando diretamente a vida das pessoas envolvidas em determinada reportagem.

Bucci (2000, p. 30) alega que “a objetividade e o equilíbrio são os valores que alicerçam a boa reportagem”. No entanto, um dos problemas observados (e constantemente criticados pela população) dos meios de comunicação é dar voz a apenas um dos lados da notícia, o que pode influenciar um julgamento que originalmente deve ser feito pelo público e não pelos jornais. Fatos como estes quebram justamente os valores de objetividade e equilíbrio, defendidos pelo autor.

2.4. A busca pela objetividade

Os fatos devem ser noticiados do modo mais imparcial possível para, assim, evitar mal entendidos e pré-julgamentos por parte da população. Para quebrar o “vazio ético” presentes das redações que, segundo Kucinski (2005, p. 118), é a ausência de valores éticos sólidos por parte dos jornalistas e dos veículos de comunicação – um dos fatores

que pode ser responsável por essa precipitação de julgamentos por parte da imprensa – Kucinski (2005, p. 119) defende que o profissional da área recebeu um mandato da população para exercer a função de jornalista, mas que a verdade não pertence a ele. Cabe ao jornalista o dever de buscar a verdade, não “criá-la”.

Uma das qualidades exigidas ao profissional que escolhe o jornalismo como profissão é a objetividade. É ela quem garante ao jornalista e, conseqüentemente ao meio no qual ele trabalha, credibilidade por parte da população, que consome e acredita no que foi divulgado. O Novo Dicionário Aurélio define objetividade como “rigorosa imparcialidade, pensamento sem julgamento de valor, existência real daquilo que se concebeu no espírito, objetos fora do eu”.

No entanto, a objetividade parece passar cada vez mais longe das redações de jornal. Amaral (1996, p. 18) afirma que o grande questionamento é se o ser humano tem a capacidade de “descrever as coisas como elas realmente são”, quaisquer que sejam as relações que eles tenham com o acontecimento.

Ainda de acordo com Amaral, o ser humano tem os seus “preconceitos, idiossincrasias, preferência política e crença religiosa” e reage segundo a classe a qual pertence levando em conta a educação recebida e “os exemplos da casa, da rua e da escola”.

A busca pela objetividade começou no século XIX, quando surgiu a discussão dos princípios de estilo direto, imparcialidade, equilíbrio, faturalidade, isenção, neutralidade, distanciamento e alheamento em relações a valores e ideologias como critérios fundamentais para que se exercesse a profissão de jornalista.

Amaral (1996, p. 25) explica que até o século XIX não havia preocupação por parte do editor e do leitor com a objetividade jornalística, já que a imprensa era claramente político-partidária. Essa mudança ocorreu devido a quatro fatores, segundo Amaral: advento das agências de notícias, desenvolvimento industrial, duas guerras mundiais e advento da publicidade e das relações públicas.

O principal deles, segundo Amaral, foi o advento das agências, que foram criadas com a função de vender notícias para governos, banqueiros, diplomatas, negociantes, corretores, armadores e transportadoras. Pouco tempo depois, essas agências passaram a servir

também jornais, que continham uma clientela mais diversa o que as forçou a buscar um conteúdo mais generalizado e imparcial.

2.5. Jornalismo opinativo *versus* jornalismo informativo e interpretativo

O jornalismo opinativo segue em rumo oposto ao da imparcialidade proposta aos profissionais da área. Mas isso, entretanto não quer dizer que a pessoa não precise estar bem preparada e devidamente habilitada para exercê-lo.

Desde o momento em que a imprensa deixou de ser empreendimento individual e se tornou instituição, assumindo o caráter de organização complexa, que conta com equipes de assalariados e colaboradores, a expressão da opinião fragmentou-se seguindo tendências diversas e até mesmo conflitantes. Isso é uma decorrência do processo de produção industrial, pois a realidade captada e relatada condiciona-se à perspectiva de observação dos diferentes núcleos emissores. (MARQUES DE MELO, 2003, p. 101)

O jornalismo opinativo pode ser dividido em oito gêneros, de acordo com Marques de Melo (2003, p. 102). São eles: editorial, artigo, comentário, resenha ou crítica, coluna, crônica, caricatura e carta. O editorial é o meio usado para expressar a visão da empresa diante de fatos de grande repercussão.

Já a opinião do jornalista sobre determinado acontecimento é exposta em colunas, crônicas, comentários, resenhas, caricaturas e, eventualmente, em artigos, segundo Marques de Melo (2003, p.102). Os artigos são os principais subterfúgios para representantes da sociedade civil apresentarem suas visões.

De acordo com Erbolato (1979, p. 30), o jornalismo informativo consiste em narrar, de forma superficial e rápida, os acontecimentos para o receptor. Diferentemente do jornalismo opinativo, o jornalismo informativo limita-se apenas à narração de fatos, sem emissão de opinião. Com o advento do rádio e da televisão, o jornal impresso teve que realizar mudanças estruturais para se adaptar à nova realidade.

Assim, segundo Erbolato (1979, p. 31), “o recurso foi o de se dar ao leitor reportagens que sejam complemento do que foi ouvido no rádio e na televisão”. Surgiu, desse modo, o jornalismo interpretativo, que Beltrão define como:

O jornalismo como processo industrializado de produção e difusão da mensagem informativa; a extensão da cultura à massa, a atuação dos líderes de opinião e as manifestações da contracultura; o alcance universal dos

media e a vitória sobre o dirigismo e a discriminação da informação. A ação do jornalista: identificar, investigar, documentar, prognosticar e difundir a informação da ocorrência em toda a sua integridade. O direito do receptor: interpretar a informação e agir de acordo com seu próprio diagnóstico (BELTRÃO, 1976, p. 47)

De modo resumido, Beltrão (1976, p. 47), conceitua o jornalismo interpretativo como “a análise preliminar de submeter os dados recolhidos a uma seleção crítica, e transformá-los em matéria para a divulgação”.

Essa estratégia é adotada pelos jornais impressos como alternativa à perda de espaço para a televisão e o rádio, meios que não exigem atenção total do leitor e apresentam a notícia de modo claro e simples, usurpando o lugar antes ocupado pela mídia impressa.

Para Erbolato (1979, p. 29), a televisão é originalmente superficial e o alto custo das transmissões a impossibilitam de aprofundar as notícias apresentadas. A televisão tem a informação instantânea como principal objetivo. Portanto,

Não desce à intimidade das questões, nem permite a recuperação da informação. Deverá ser captada, entendida e fixada em determinado horário e compreendida na ocasião em toda a sua profundidade (ERBOLATO, 1979, p. 29).

2.6. A importância da ética jornalística

Bucci (2000, p. 35) afirma que o problema da ética no jornalismo atual é estrutural e sistêmico, já que a falta de informação não se deve tão somente a maus profissionais e sim às atitudes adotadas pelas empresas que, ao revelarem falta de compromisso com o direito à informação, acabam se articulando para “excluir o cidadão de decisões em que em seu nome são tomadas”. E esta deve ser a situação a ser analisada: até que ponto cabe ao jornalista se envolver com as questões abordadas por ele?

Bucci, Kucinski e Traquina defendem a ruptura dessas referências atuais, que deixaram de ter o interesse público como principal preocupação e objetivo final. Para eles, deve ser feita uma espécie de “reforma geral” – que inclui, também, o próprio *target*, ou seja, o “alvo” da notícia.

É preciso, primeiramente, reeducar esse receptor para ser mais seletivo quanto ao conteúdo que lhe é oferecido para depois exigir mais responsabilidade e comprometimento do jornalista que, na maioria das vezes, acaba por atender interesses privados e abdica, assim, dos objetivos primordiais da profissão, que é justamente informar e trazer a verdade ou, pelo menos, o mais próximo dela – fato que pode ser obtido quando se faz uso do equilíbrio e tenta-se colocar convicções ideológicas, políticas e opiniões individuais de lado.

Todos os autores citados analisam a atual situação da sociedade brasileira e dos meios de comunicação que a servem. Para nenhum deles as condições são satisfatórias. É preciso promover uma mudança de conceitos e melhorar a formação dos novos profissionais que estão entrando no mercado de trabalho.

Esses novos profissionais, segundo Kucinski (2005, p. 22), já adentram o mercado com medo de criticar e serem censurados e calados por causa disso. Eles não entram mais em questões delicadas por medo de um embate com autoridades de determinadas áreas com grande influência econômica e política, pois já têm em mente que “contar a verdade pode não fazer bem à sua carreira”.

É nesse ambiente social e político profundamente analisado pelos autores em se que vive. Dadas as condições, não é lógico fazer uma análise de um profissional que está sendo “moldado” pelas universidades e pelas próprias empresas para se adequar ao padrão vigente.

Quando o fato é noticiado pela televisão, a situação se agrava primeiramente porque esse veículo é o meio de comunicação mais utilizado pela população e privilegia a transmissão ao vivo de tudo o que foi apurado até o momento em que o telejornal vai ao ar. Segundo Pena (2005, p. 71), “o ‘furo de reportagem’ não espera a edição do dia seguinte, deve ser veiculado na hora, ao vivo e em cores”. De acordo com a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) divulgada em 2008, a televisão está presente em 94,8% das casas brasileiras, ultrapassando, inclusive, bens como geladeira e telefone.

E como na televisão o que é levado em conta é o tempo e não o espaço, o conteúdo fornecido pelos jornalistas está ainda mais suscetível aos problemas que a velocidade da informação pode causar.

Casos como o da Escola Base – situação em que a visão precipitada da imprensa e da necessidade de mostrar o furo de reportagem foi responsável pela degradação social e moral dos envolvidos – e o da família Nardoni, que ainda não foi julgada oficialmente, podem ser exemplos da visibilidade que um fato escolhido para ser a manchete do dia pode adquirir.

É importante ressaltar que a notícia divulgada pelos meios de comunicação pode ganhar grande visibilidade e provocar reações inesperadas na população. O fato pode ser positivo para determinar uma atitude por parte das autoridades, mas também pode antecipar um veredicto que ainda não foi dado pela Justiça e, desse modo, arruinar a vida das pessoas.

3. METODOLOGIA

Para verificar a postura da imprensa ao abordar temas polêmicos como o Caso Escola Base e o Caso Isabella Nardoni, foi escolhido o Jornal Nacional, exibido pela TV Globo, canal 10, das 20h às 20h45, em média. O noticiário possui cinco blocos, divididos em aproximadamente 9 minutos cada, sendo que as principais notícias do dia são veiculadas nos dois primeiros.

O material com as reportagens referentes ao caso Escola Base foi recuperado no Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política (Nemp/UnB), que contém fitas VHS com gravações de 1993 a 2005 do programa. Já no caso Isabella Nardoni, as matérias foram analisadas por meio do portal do Jornal Nacional na internet (<http://jornalnacional.globo.com>). O *site* disponibiliza vídeos e textos referentes às reportagens exibidas diariamente pelo telejornal.

O período escolhido para a análise, em ambos os casos - Escola Base e Isabella Nardoni – é de uma semana. O objetivo é justamente estudar o grau de importância e o tempo dado pelo jornal aos acontecimentos analisados.

Os métodos de pesquisa escolhidos foram análise de conteúdo e análise de discurso. No primeiro, como já foi especificado, serão estudados o espaço e o grau de importância dados aos acontecimentos. Na análise de discurso, o objetivo é comparar o modo como o veículo se refere aos suspeitos de cometerem os crimes denunciados pelas matérias.

O caso Escola Base ficou conhecido na área por ser um exemplo do que não deve ser feito no jornalismo. O motivo que levou ao estudo é justamente descobrir em que ponto está o erro e se este foi de responsabilidade dos jornalistas ou das fontes oficiais ouvidas por eles, já que de acordo com os princípios da objetividade e da imparcialidade, o jornalista deve sempre noticiar o fato com base em depoimento de pessoas diretamente ligadas ao acontecimento ou autoridades.

Já no caso Isabella Nardoni será verificado se existem características comuns com o caso Escola Base e, se existirem, quais são. O questionamento latente é se os profissionais cometeram alguma injustiça ou estimularam o julgamento prévio dos suspeitos.

4. APRESENTAÇÃO DOS CASOS

4.1. Caso Escola Base

O caso Escola Base foi divulgado e obteve destaque em diversos meios de comunicação em 1994. Durante os meses de março e abril daquele ano foram publicadas diversas reportagens que especulavam sobre o envolvimento de seis pessoas em abuso sexual. As

crianças, que supostamente eram as vítimas do crime, eram alunas da Escola de Educação Infantil Base, que ficava no bairro Aclimação, em São Paulo.

Na ocasião, o dono da escola, Icushiro Shimada e Maria Aparecida Shimada; os funcionários Maurício Monteiro de Alvarenga e Paula Monteiro de Alvarenga e um casal de pais de alunos do colégio, Saulo da Costa Nunes e Mara Cristina França, acabaram tendo a intimidade exposta e foram previamente condenados pelos veículos que repercutiram a notícia.

Sem fazer verificação alguma da veracidade das informações passadas por pais de alunos do colégio, o delegado responsável pelo caso, Edélcio Lemos, repassou-as à imprensa. A acusação consistia no fato de que Maurício Monteiro da Alvarenga, que era motorista da kombi da escola, levava as crianças, durante o turno de aula, à casa de Saulo da Costa Nunes e Mara Cristina França, local em que os abusos seriam cometidos e filmados. A tese de que as crianças foram abusadas foi reforçada por um laudo do Instituto Médico Legal (IML), que comprovou o ato.

A repercussão dos fatos resultou na prisão dos donos da instituição de ensino, além do saque e da depredação da escola. Apesar de todas as informações divulgadas pelos meios de comunicação, o inquérito policial não encontrou provas suficientes contra os acusados que, conseqüentemente, foram inocentados. O inquérito foi arquivado e descobriu-se que o primeiro laudo do IML, que atestava o abuso, estava errado e que as feridas encontradas em uma das crianças indicavam, na verdade, um grave problema intestinal.

Após o arquivamento do processo, os acusados lutaram por indenizações morais e financeiras. O caso teve essa abordagem em vários veículos, como Folha de São Paulo, Estado de São Paulo, TV Globo, SBT, TV Record, TV e Rádio Bandeirantes e revistas Veja e Istoé e o Grupo Folha da Manhã.

Mesmo assim, o reparo aos envolvidos é está muito longe de acontecer. Os donos da escola, Icushiro Shimada e Maria Aparecida Shimada; os funcionários Maurício Monteiro de Alvarenga e Paula Monteiro de Alvarenga e o casal Saulo da Costa Nunes e Mara Cristina França, ficaram estigmatizados e foram condenados pelo delegado Edélcio Lemos e pelas pessoas antes mesmo do veredicto da Justiça.

4.2. Caso Isabella Nardoni

A menina Isabella Nardoni, 5 anos, caiu do sexto andar de um prédio na Zona Norte de São Paulo. O pai, Alexandre Nardoni, e a madrasta, Anna Carolina Jatobá foram à delegacia e acusaram uma terceira pessoa – que eles não sabiam quem era – de jogar a criança do edifício. O caso foi manchete dos principais veículos do país e do Jornal Nacional.

O pai de Isabella afirmou que chegou ao local com a família e subiu ao apartamento do casal somente com a menina. Ao voltar para o apartamento com a mulher, Anna Carolina e os outros dois filhos, Nardoni disse que percebeu a tela de proteção da janela cortada. Quando olhou para o gramado no térreo do edifício, visualizou a filha caída no jardim.

Logo após a morte de Isabella, os médicos legistas observaram ferimentos no corpo da menina que poderiam ter sido feitos antes da queda do sexto andar do prédio em que o casal Nardoni morava.

No dia 31 de março, dia em que o corpo da criança foi enterrado, os legistas coletaram provas que seriam utilizadas para investigar o caso. No dia seguinte começaram a aparecer as divergências. A prisão temporária do casal Nardoni foi decretada pela Justiça depois que a polícia ouviu o depoimento da mãe de Isabella, Ana Carolina Oliveira.

O casal teve a prisão preventiva decretada e se entregou à polícia, mas foi solto pouco tempo depois. Com a realização de mais uma perícia pouco tempo depois, Alexandre Nardoni e Anna Carolina Jatobá voltaram a ser presos. O inquérito ainda não foi concluído e depois de ter um hábeas corpus negado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no dia 5 de agosto de 2008, o casal continua detido em São Paulo.

4.3. Análise de conteúdo

No caso Escola Base, a pesquisa foi feita com o auxílio de gravações do JN, no período que vai de 29 de março de 1994, dia em foram publicadas as primeiras reportagens sobre o caso em jornais impressos, até o dia 5 de abril do mesmo ano, dia em que a repercussão do caso no veículo completa uma semana. No total, foram analisadas quatro fitas, com o conteúdo do jornal gravado integralmente.

Também foram analisados o tempo da matéria, o repórter responsável e o bloco no qual a reportagem foi exibida. Esses fatores têm como meta fazer a comparação entre os dois acontecimentos, levando em conta o espaço e a abordagem utilizados pelo veículo de comunicação escolhido.

Tanto a escalada – termo usado para nomear a abertura do jornal, em que são lidas as manchetes do dia – quanto às reportagens em si foram degravadas para que, assim, fosse feita uma melhor utilização e análise do material coletado.

Já no caso Isabella Nardoni, ocorrido no dia 29 de março de 2008, a análise é feita de forma diferenciada. Para a realização do estudo, foram utilizados vídeos e textos do site do Jornal Nacional, do período que vai do dia 29 de março – quando o veículo noticiou o fato pela primeira vez – até o dia 5 de abril, quando completa uma semana da morte da criança.

No total, são nove vídeos com os respectivos textos lidos pelo repórter e também publicados no site do JN. Assim como no Caso Escola Base, as matérias que têm como foco (ou citam o caso como exemplo) serão estudadas conforme o tempo e a importância dadas ao fato pelo jornal. Não será analisada a escalada com as manchetes do dia, assim como o bloco em que as reportagens foram veiculadas, já que o site do Jornal Nacional não disponibiliza essa informação.

4.4. Análise de conteúdo do Caso Escola Base

4.4.1. Primeira análise: terça-feira, dia 29 de março de 1994.

A primeira reportagem sobre o caso Escola Base foi exibida no dia 29 de março de 1994, com duração de 1'56". O jornalista escolhido para cobrir as primeiras notícias sobre o assunto foi Walmir Salaro.

4.4.2. Segunda análise: quarta-feira, dia 30 de março de 1994.

No dia 30 de março de 1994 foi exibida a segunda reportagem sobre o caso. O repórter responsável pela apuração continua sendo Walmir Salaro. A matéria teve duração de 1'10", além de ter destaque na escalada do Jornal Nacional.

4.4.3. Terceira análise: quinta-feira, dia 31 de março de 1994.

A segunda matéria do Jornal Nacional sobre o caso Escola Base foi exibida no dia 31 de março de 1994, com duração de 1'25". O jornalista responsável pela reportagem foi Britto Júnior. A notícia também obteve destaque na escalada do telejornal.

4.4.4 Quarta análise: sexta-feira, dia 1º de abril de 1994.

A terceira reportagem do Jornal Nacional sobre o caso Escola Base foi exibida no dia 1º de abril de 1994. A repórter responsável pela matéria foi Graziela Azevedo. O tempo destinado à exibição da matéria é de 1'29", além da chamada para a matéria na escalada do JN.

4.4.5. Quinta análise: sábado, dia 2 de abril de 1994.

Nenhuma reportagem sobre o caso foi exibida no Jornal Nacional.

4.4.6. Sexta análise: domingo, dia 3 de abril de 1994.

O Jornal Nacional não é exibido aos domingos.

4.4.7. Sétima análise: segunda-feira, dia 4 de abril de 1994.

Nenhuma reportagem sobre o caso foi exibida no Jornal Nacional.

4.4.8. Oitava análise: terça-feira, dia 5 de abril de 1994.

Nenhuma reportagem sobre o caso foi exibida no Jornal Nacional.

Conclusão: No período que vai de 29 de março de 1994 a 5 de abril de 1994, o Jornal Nacional exibiu três matérias sobre o caso Escola Base. O tempo total destinado ao caso na semana analisada foi de 5'00". As matérias foram exibidas na terça-feira, dia 29 de março de 1994, na quarta-feira, dia 30 de abril de 1994 e na quinta-feira, dia 1º de abril de 1994.

4.5. Caso Isabella Nardoni

4.5.1. Primeira análise: sábado, dia 29 de março de 2008.

Os apresentadores William Waack e Heraldo Pereira leram uma nota informando sobre a morte da menina Isabella Nardoni, mas não houve matéria. Eram apresentadas imagens do casal Alexandre Nardoni e Anna Carolina Jatobá enquanto lia-se o texto.

4.5.2. Segunda análise: domingo, dia 30 de março de 2008.

O Jornal Nacional não é exibido aos domingos.

4.5.3. Terceira análise: segunda-feira, dia 31 de março de 2008.

A primeira matéria sobre o caso Isabella Nardoni foi exibida no dia 31 de março de 2008, com duração de 2'28". O repórter responsável foi César Galvão.

4.5.4. Quarta análise: terça-feira, dia 1º de abril de 2008.

A segunda matéria sobre o assunto teve duração de 2'28". O repórter responsável pela apuração também foi César Galvão.

4.5.5. Quinta análise: quarta-feira, dia 02 de abril de 2008.

O jornalista César Galvão também assina a terceira reportagem sobre a morte da menina Isabella. A matéria tem duração de 2'57".

4.5.6. Sexta análise: quinta-feira, dia 03 de abril de 2008.

No dia 3 de abril de 2008, o repórter responsável pela apuração foi César Tralli. A matéria totaliza 3'00".

4.5.7. Sétima análise: sexta-feira, dia 04 de abril de 2008.

No dia 4 de abril de 2008 foram exibidas três reportagens sobre o caso. Quem cobriu a primeira matéria sobre a morte da menina, com duração de 4'00", foi o repórter Fábio Turci. Já a segunda matéria, de Maurício Ferraz, ocupou 2'28" do telejornal. A terceira reportagem foi feita pelo repórter Walmir Salaro e dura 1'48".

No total, as reportagens sobre o caso Isabella Nardoni no dia 4 de abril de 2008 ocuparam 8'16" do telejornal sendo, assim, o principal assunto do dia.

4.5.8. Oitava análise: sábado, dia 05 de abril de 2008.

Em 5 de abril de 2008, dia que o caso completa uma semana, são exibidas duas matérias no Jornal Nacional. A primeira, de Renato Biazzini, tem 2'25". Já a segunda reportagem sobre o caso é de Fábio Turci e tem 1'04" de duração.

No total, as reportagens sobre a morte da menina Isabella Nardoni, de 5 anos, e os desdobramentos do caso ocuparam 3'29" da edição do Jornal Nacional exibida no dia 5 de abril de 2008.

Conclusão: de 29 de março a 5 de abril foram exibidas nove reportagens sobre o caso, com tempo total de 20'38". O Fantástico do dia 30 de março de 2008 exibiu reportagem sobre a menina Isabella Nardoni, mas a matéria não foi incluída na pesquisa por se tratar de um outro programa. Na sexta-feira, dia 4 de abril, foram veiculadas três reportagens sobre o caso. No sábado (5) foram mostradas mais duas matérias sobre os desdobramentos do ocorrido. Portanto, o caso foi repercutido em todos os dias analisados.

4.6. Análise de discurso

4.6.1. Primeira análise

Escola Base: reportagem exibida no dia 29 de março de 1994.

Isabella Nardoni: nota lida pelo apresentador no dia 29 de março de 2008.

Os dois casos começaram a se desdobrar no mesmo dia: 29 de março, de anos distintos. A primeira reportagem do Jornal Nacional sobre o caso Escola Base (Apêndice A) foi ao ar em 29 de março de 1994, dia em que as mães dos alunos que teriam sofrido abuso sexual chamaram a TV Globo para fazer a cobertura dos fatos. A reportagem começa de forma correta, apesar de sensacionalista: "A fachada da pré-escola Base, na região central de São Paulo, pode esconder uma agência que alugava crianças para fotos e vídeos pornográficos". O repórter usa "pode", termo que levanta uma suspeita, mas não afirma que o abuso sexual de fato ocorria na escolinha.

Mas, no trecho seguinte, o repórter utiliza a seguinte frase: "Quando os pais vinham buscar os filhos, não sabiam que eles tinham saído para sofrer todo tipo de abuso sexual". O cuidado do trecho anterior perde-se quando o jornalista afirma que um fato não confirmado aconteceu. Por exemplo: ainda não foi comprovado que houve abuso, por conseguinte, os

pais não podem ter certeza de que os filhos saiam da escola, muito menos que teriam sofrido abuso.

“Felipe também veio à delegacia junto com a mãe. Há oito meses ele sente dores no corpo. Já fez vários exames, mas só agora a mãe descobriu a causa: ele foi vítima de violência sexual”. O mesmo procedimento foi usado no texto destacado acima. Como não havia provas, a reportagem não pode afirmar que o menino foi vítima de abuso, pois até o momento não existem provas concretas de que as feridas encontradas no menino provinham de violência sexual. As fontes usadas foram: as mães das crianças que teriam sofrido abuso, as crianças, o delegado e a polícia.

Já no caso Isabella Nardoni, uma nota (Anexo A) foi lida por um dos apresentadores na edição de sábado, dia 29 de março de 2008, enquanto imagens do pai e da madrasta da menina eram exibidas. Como os apresentadores não tinham muitas informações sobre o acontecimento, o texto lido foi breve e se limitava a descrever o ocorrido.

4.6.2. Segunda análise

Escola Base: reportagem exibida no dia 30 de março de 1994.

Isabella Nardoni: reportagem exibida no dia 31 de março de 2008.

Enquanto a reportagem de 1994 (Apêndice B) é tendenciosa e se antecipa ao próprio inquérito policial, a matéria que noticia a morte da menina de 5 anos é mais objetiva. Em 1994, as fontes foram a polícia e o pai do menino que teria sido vítima de abuso sexual. No Caso Isabella (Anexo B) foram ouvidos o avô da menina, o delegado responsável pela investigação e a polícia.

No segundo caso, ocorrido neste ano, percebe-se um maior cuidado ao reportar detalhes sobre a investigação e, por mais que houvesse desconfiança de que o pai e a atual mulher dele tivessem cometido o crime, o tom adotado é mais e expositivo, sem julgamentos prévios.

Na matéria sobre a Escola Base, o posicionamento é diferente. Os suspeitos não foram tratados dessa forma, como mostra o seguinte trecho: “O maior desafio da polícia, agora, é descobrir uma prova de que as crianças foram usadas em fotos e filmes eróticos”.

Lembrando que até o dia da reportagem (30 de março), não havia qualquer indício de que o motorista da escola, Maurício Monteiro Alvarenga e a mulher dele, Paula Alvarenga, haviam abusado dos alunos.

Até o dia da reportagem, as informações que se tinham eram fornecidas, exclusivamente, pelo pai de um menino de 4 anos. No entanto, mesmo sem nenhum exame que atestasse o abuso, a polícia já estava querendo provar que as crianças eram exploradas e usadas em fotos e filmes eróticos.

4.6.3. Terceira análise

Escola Base: reportagem exibida no dia 31 de março de 1994.

Isabella Nardoni: reportagem exibida no dia 1º de abril de 2008.

Na segunda análise, as duas reportagens são repercussões da possibilidade levantada na matéria do dia anterior. No Caso Escola Base (Apêndice C), o principal foco é o exame feito pelo Instituto Médico Legal no menino que teria sido vítima de abuso sexual. Já no Caso Isabella (Anexo C) é mostrada a divergência entre o depoimento do pai e da madrasta da menina e a opinião do delegado. Mesmo levantando uma hipótese, a reportagem busca ser objetiva e trata ambas as partes (polícia e casal Nardoni) com imparcialidade. Como o caso ainda está sendo investigado, não existiam suspeitos.

A forma de lidar com os investigados é a grande diferença entre as reportagens. Na Escola Base, os suspeitos já são chamados de “criminosos”, por mais que a polícia ainda esteja na fase inicial da investigação. Também é levantada uma outra possibilidade, também sem embasamento algum, de que as crianças teriam sido drogadas pelos envolvidos. Mais uma vez, não há comprovação alguma de que isso teria acontecido de fato.

Ainda na Escola Base, percebe-se que não houve interesse do veículo em estender a busca por informações. O exame do IML que teoricamente comprovava o abuso não foi contestado em momento algum, nem pela polícia, nem pela imprensa, mesmo que seja de conhecimento de todos que esse tipo de prova tem vários pontos duvidosos e precisa ser comprovado com outro exame.

A revolta popular também é exposta no final da reportagem, no trecho em que o repórter Britto Júnior informa que a escola havia voltado a ser alvo de bombas caseiras.

4.6.4. Quarta análise

Escola Base: reportagem exibida no dia 1º de março de 1994.

Isabella Nardoni: reportagem exibida no dia 2 de março de 2008.

Na terceira análise aparecem outros personagens no Caso Escola Base (Apêndice D): os donos da instituição de ensino infantil. A atenção é para a revolta popular diretamente instigada pelas reportagens exibidas sobre o assunto. Mais uma vez, a matéria especula muito, apresenta poucos dados sobre o ocorrido e condena previamente os supostos envolvidos. O seguinte trecho: “O que todos imaginavam ser cenário de brincadeiras de criança é agora um amontoado de vidros, móveis e brinquedos quebrados” reforça o posicionamento tendencioso que foi sendo adotado nas demais reportagens sobre o colégio.

Outro ponto importante a ser destacado é o texto de apresentação da matéria lida pelo âncora do telejornal: “a escola de crianças vítimas de abuso sexual é invadida”. Não é certo afirmar que esses atos ocorriam mesmo na instituição educacional, já que a própria polícia, apesar de convencida de que o abuso teria sido consolidado, ainda não havia conseguido coletar nenhuma prova concreta, o que também é reforçado pelas informações passadas pelo delegado Edécio Lemos.

A matéria exhibe, ainda, uma fala do delegado que diz não temer a fuga dos “acusados” (que ainda não podem ser chamados assim, pois não há nenhuma prova contra eles), pois isso “seria uma confissão de culpa”. Ele acrescenta que se eles fugirem, “a eventual dúvida cairá por terra”. Ou seja, o próprio delegado antecipa o resultado do inquérito policial que, até o dia 1º de março de 1994, não apresentava nenhum fator que comprovasse a exploração das crianças, além do depoimento das mesmas, endossado pelos pais.

O que se vê na matéria exibida no dia 2 de março de 2008 sobre a morte da menina Isabella Nardoni (Anexo D) é o oposto. Apesar de o texto abordar um assunto delicado, que é a prisão temporária do pai e da madrasta da menina, a reportagem se mantém

imparcial e não faz nenhuma ligação direta ou indireta do casal com o crime. Além disso, a responsabilidade da Justiça em julgar o caso é enfatizada no seguinte trecho: “O pedido de prisão temporária foi encaminhado ao Tribunal de Justiça por dois delegados. Um juiz vai decidir se Alexandre Nardoni e Ana Carolina Peixoto serão detidos”. Na passagem destacada, fica claro o papel da Justiça no caso e se ressalta que é ela quem decidirá o desfecho e não a população em geral ou os meios de comunicação.

Na reportagem também foram ouvidos, além da polícia, a mãe da criança, Ana Carolina Oliveira, um vizinho e um outro morador do prédio em que o casal Nardoni morava. No Caso Escola Base foram ouvidos o delegado, Edécio Lemos e um homem que ajudou a depredar as instalações do colégio.

4.6.5. Quinta análise

Escola Base: nenhuma reportagem sobre o assunto foi exibida no dia 2 de abril de 1994.

Isabella Nardoni: reportagem exibida no dia 3 de abril de 2008.

Na quinta-feira, dia 3 de abril, a repercussão do caso continua. A duração e quantidade de matérias sobre a morte da menina aumentaram, assim como o interesse da mídia no caso.

Em compensação, no dia 2 de abril de 1994, nenhuma matéria sobre o Caso Escola Base foi exibida no Jornal Nacional, telejornal analisado pela pesquisa.

Na reportagem do Caso Isabella Nardoni (Anexo E), o modo como o casal é tratado continua o mesmo, embora o tempo concedido ao tema tenha aumentado. Em momento algum, apesar de decretada a prisão temporária, o repórter os chama de “criminosos” ou até mesmo “suspeitos”, a exemplo do que ocorreu no Caso Escola Base, em 1994.

Apesar dessas diferenças, uma das conseqüências foi a mesma: a revolta popular. A matéria do dia 3 de abril também explorou a reação das pessoas ao anúncio da prisão temporária do casal Nardoni. O número de fontes diminuiu. Foi ouvido, desta vez, apenas o delegado Aldo Galeano.

4.6.6. Sexta análise

Escola Base: nenhuma reportagem sobre o assunto foi exibida no dia 3 de abril de 1994.

Isabella Nardoni: reportagens exibidas no dia 4 de abril de 2008.

Para a redação do texto da primeira reportagem exibida sobre o Caso Isabella no dia 4 de abril (Anexo E) foram ouvidos o promotor Francisco Cembranelli, o advogado do casal, Marco Pólo Levorin, além da análise de documentos contendo o depoimento do casal Nardoni e dois boletins de ocorrência registrados.

A matéria busca ouvir os dois lados – Ministério Público e defesa do casal – e mesmo diante das contradições nos depoimentos prestados pelo casal à polícia, procurou não se antecipar aos fatos.

No entanto, em um dos trechos da matéria (“Quais as circunstâncias e o que provocou a morte de Isabella ainda são perguntas sem respostas. O pai e a madrasta da menina estão presos preventivamente desde a noite de quinta”), o repórter dá a entender que ainda existem duas questões a serem respondidas e acaba deixando implícito que a principal pergunta – sobre quem teria jogado a menina do sexto andar do prédio – já está respondida. Isso acontece no trecho seguinte, quando o repórter afirma que “o pai e a madrasta da menina estão presos preventivamente”, fica implícito que os supostos assassinos seriam, então, Alexandre Nardoni e Ana Carolina Jatobá, e que a única dúvida a ser esclarecida seria o que os levou a cometer o crime. É a primeira matéria na qual o repórter refere-se ao casal como “suspeitos”.

Na segunda reportagem sobre o caso, ainda no dia 4 de abril de 2008 (Anexo F), é noticiado que não havia álcool, nem drogas no sangue do casal Nardoni. A matéria deixa claro que o laudo divulgado é preliminar e que ainda restam outros exames, fato que não foi citado na reportagem sobre o Caso Escola Base exibida no dia 1º de março de 1994, por exemplo.

Na terceira matéria que fala da morte da menina de cinco anos (Anexo G), o repórter do JN explica como funciona a prisão temporária. Para tirar eventuais dúvidas sobre a questão, foi ouvido o advogado criminalista Carlos Kauffman, que esclarece que a prisão temporária não pode ser interpretada como uma sentença de culpa.

4.6.7. Sétima análise

Escola Base: nenhuma reportagem sobre o assunto foi exibida no dia 5 de abril de 1994.
Isabella Nardoni: reportagens exibidas no dia 5 de abril de 2008.

No dia 5 de abril de 2008 foram exibidas duas reportagens sobre o caso Isabella Nardoni e nenhuma sobre o caso Escola Base. Na primeira matéria (Anexo H), o repórter Renato Biazzi descreve o dia em que a mãe de Isabella recebe apoio da população. Na ocasião, a mãe da menina limita-se a dizer que confia nas investigações da polícia, mas não dá nenhum indício de quem seria o provável culpado pela morte da menina.

Na segunda reportagem sobre o caso (Anexo I), o tema é a reconstituição da morte de Isabella pelo Ministério Público. O pai, Alexandre Nardoni, e a madrasta, Anna Carolina Jatobá, continuam presos. Nessa mesma matéria, veiculada no Jornal Nacional no dia 5 de abril de 2008, o repórter trata, novamente, Alexandre e Anna Carolina como suspeitos em dois trechos distintos: no começo da reportagem e no final, quando fala da data do depoimento do casal.

Diferentemente do caso Escola Base, no qual os donos do colégio foram tidos como culpados antes mesmo que as provas aparecessem, as matérias sobre a morte da menina Isabella foram mais cuidadosas ao utilizarem o termo “suspeito” que, mesmo sendo menos grave do que “criminosos” (denominação usada pelo repórter Britto Júnior no caso Escola Base), estimulou julgamentos por parte da população. As reportagens só se referiram ao casal como suspeito depois que a prisão preventiva foi decretada.

5. CONCLUSÃO

Este trabalho de conclusão de curso teve como objetivo analisar a conduta do Jornal Nacional ao abordar os casos Escola Base (1994), citado como um dos piores erros cometidos pela imprensa, e Isabella Nardoni, um dos acontecimentos com maior repercussão na mídia no ano de 2008. A pesquisa foi baseada exclusivamente na análise dos textos dos repórteres.

No Caso Escola Base pôde-se constatar que houve abuso por parte da imprensa ao chamar os envolvidos de “criminosos” antes mesmo de aparecerem provas do crime que eles supostamente haviam cometido.

O resultado do erro foi conhecido por todos: os donos da escola Aparecida e Ayres Shimada, os funcionários Maurício Monteiro Alvarenga e Paula Monteiro Alvarenga e o casal de pais Saulo da Costa Nunes e Mara Cristina França tiveram as vidas destruídas por acusações sem embasamento algum.

Os meios de comunicação retrataram-se depois que os acusados de envolvimento em abuso sexual de crianças foram inocentados. Mesmo assim, isso não foi suficiente para apagar a degradação sofrida pelos donos da escola.

O caso Isabella Nardoni mostrou-se, de início, outro acontecimento que poderia acabar do mesmo modo que o caso Escola Base. No entanto, a conduta adotada pelo Jornal Nacional limitou-se a noticiar os últimos acontecimentos ouvindo o máximo de fontes possíveis, sempre dando espaço para que o pai e a madrasta da menina pudessem esclarecer os fatos.

Os suspeitos da morte da criança de 5 anos só começaram a ser chamados de tal forma depois que o Ministério Público decretou a prisão preventiva. Essa postura foi determinante para que o desfecho do quadro não fosse igual ao da Escola Base, em que as pessoas foram julgadas previamente, antes mesmo que as provas do suposto crime cometido por elas fossem divulgadas.

Contudo, o caso Isabella Nardoni obteve muito mais destaque na mídia do que o Escola Base. Do dia 29 de março de 2008 até o dia 05 de abril de 2008, o JN destinou 20'38" para

a cobertura dos fatos. Já o caso Escola Base, analisado do dia 29 de março de 1994 a 05 de abril de 1994, ocupou 5'00" do espaço do telejornal.

O aumento do destaque dado pelo Jornal Nacional a casos que envolvem violência se deve a uma mudança estrutural do programa. Em 1994, época em que ocorreram as denúncias de abuso sexual na escola no bairro da Aclimação, os apresentadores oficiais do JN eram Cid Moreira e Sérgio Chapelin. Ambos eram locutores e não participavam do processo de edição do telejornal.

A partir de abril de 1996, William Bonner e Lílian Witte Fibe assumiram a bancada do JN. A estratégia tinha como objetivo desvincular o telejornal da imagem de veículo governista. A mudança refletiu na linha editorial do programa, que passou a dar mais espaço para acontecimentos violentos e menos destaque à política, distanciando-se, assim, do uso exaustivo de fontes oficiais. Nesse espaço de tempo o programa passou, também, a disputar audiência com outras emissoras. Sem o antigo monopólio, o jornal tomou para si a obrigação de abordar assuntos de maior apelo popular.

Tendo como base a análise de conteúdo e de discurso feita nos dois casos, pôde-se chegar à conclusão que o Jornal Nacional sinalizou uma mudança ao abordar casos polêmicos como Escola Base e Isabella Nardoni. Agora se dá espaço para que as pessoas possam se defender das acusações e toma-se mais cuidado ao chamar alguém de "criminoso", ou até mesmo de "suspeito".

No entanto, nos dois casos o JN errou no mesmo ponto: o excesso de exposição dos envolvidos. Mesmo com uma postura tecnicamente e eticamente correta, o telejornal expôs o casal Nardoni à revolta popular e instigou a revolta popular de forma indireta.

Portanto, apesar das mudanças no texto e na postura do Jornal Nacional, os desfechos foram parecidos. O telejornal demonstrou preocupação em noticiar o caso Isabella Nardoni com isenção e distanciamento, mas pecou ao exhibir fatos relacionados com o acontecimento de modo exaustivo.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Luiz. **A objetividade jornalística**. Porto Alegre: Sagra, 1996.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo interpretativo: filosofia e técnica**. Porto Alegre: Sulina, 1976.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2000.

BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ERBOLATO, Mário L. **Técnicas de codificação em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979.

DUARTE, Jorge (Org.). **Métodos e técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

KUCINSKI, Bernardo. **A síndrome da antena parabólica**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalismo na era virtual: ensaio sobre o colapso da razão ética**. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.

MELO, José Marques de. **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.

RABAÇA, Carlos Alberto. **Dicionário de Comunicação**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

SOCIAL, Comunicação. **Pesquisa Nacional de por Amostra de Domicílios**. Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1230&id_pagina=1. Acesso: 20/10/2008.

TRAQUINA, Nelson. **A tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2005.

APÊNDICE

Para subsidiar a análise dos casos, foram degravadas as reportagens exibidas pelo Jornal Nacional sobre a Escola Base no período de 29 de março a 05 de abril, dia em que se completa uma semana desde que a primeira reportagem sobre o caso foi ao ar.

APÊNDICE A – Degravação da reportagem exibida no dia 29 de março de 1994.

Cabeça: Os donos de uma escola de São Paulo são acusados de abuso sexual contra crianças de até 4 anos de idade. Elas contam que eram tiradas da sala de aula para assistir e participar de fotos e vídeo eróticos.

A fachada da pré-escola Base, na região central de São Paulo, pode esconder uma agência que alugava crianças para fotos e vídeos pornográficos. Quando os pais vinham buscar os filhos, não sabiam que eles tinham saído para sofrer todo tipo de abuso sexual.

As crianças contaram que eram levadas para uma grande casa, com muitos aparelhos eletrônicos. As mães ficaram chocadas com a história e fizeram a denúncia a polícia. Caroline tem 4 anos e, segundo a mãe, foi tirada da escola para fazer fotos eróticas.

Mãe: Foram tiradas fotos eróticas dos adultos com ela em hotel porque ela me disse que ela ia em hotel. Ela voltava muito assustada da escola, com muita dor de cabeça.

Felipe também veio à delegacia junto com a mãe. Há oito meses ele sente dores no corpo. Já fez vários exames, mas só agora a mãe descobriu a causa: ele foi vítima de violência sexual.

Mãe: Alguém te beijou?

Menino: Beijou.

Mãe: Quem beijou?

Menino: Uma mulher.

Mãe: E o tio tirou foto?

Menino: Tirou.

Mãe: Essa tia aí, ela ficava pelada?

Menino: Ficava.

Mãe: Um filho seu, é levado a fazer uma coisa. Você não sabe quanto ele chorou, quantas vezes ele fez isso daí.

As mães dos dois alunos já prestaram depoimento aqui na Delegacia do Cambuci e confirmaram a denúncia de abuso sexual. As crianças foram submetidas a exame de corpo de delito no Instituto Médico Legal. Agora o mais grave: o IML já adiantou que uma delas foi violentada.

Delegado: Todas as pessoas que trabalham ou trabalharam na escola vão ficar sob investigação. A princípio, todos são suspeitos.

Os donos da escola, Aparecida e Ayres Shimada, prestaram depoimento. E negaram todas as acusações. Hoje eles não estavam no trabalho. Só uma funcionária apareceu para defender os patrões e dizer que não sabia de nada.

APÊNDICE B – Degração da reportagem exibida no dia 30 de março de 1994.

Cabeça: A polícia já tem o suspeito dos abusos sexuais contra crianças de uma escola de São Paulo. Um menino de 4 anos deu a pista.

O motorista Maurício Monteiro Alvarenga é casado com uma das sócias da escola, Paula Alvarenga. Um garoto de 4 anos, que estudava em outro colégio e que também usava a kombi de Maurício, contou para a mãe que o motorista fez algumas brincadeiras estranhas com ele. O pai levou o menino para exame de corpo de delito porque está convencido de que houve abuso sexual.

Pai: Ele foi no banco de trás e fez esse ato com o menino: ele pegou o seu órgão e colocou junto do órgão dele.

A escola está fechada, os donos sumiram. De madrugada, alguém jogou um coquetel molotov no casarão. O maior desafio da polícia, agora, é descobrir uma prova de que as crianças foram usadas em fotos e filmes eróticos. Uma delas disse que vinha sempre na casa de um amigo de escola. O apartamento fica no quarto andar deste prédio, bem perto do colégio.

Os policiais estiveram aqui e apreenderam fitas de vídeo cassete e rolos de filme que ainda não foram revelados. Todo este material ainda está sendo analisado, mas os donos do apartamento negam qualquer envolvimento no caso.

APÊNDICE C – Degravação da reportagem exibida no dia 31 de março de 1994.

Cabeça: Nova suspeita no caso das crianças que sofreram abusos sexuais numa escola de São Paulo: o uso de drogas. Um menino de 4 anos foi submetido a exames hoje.

O pai do garoto está revoltado e disposto a fazer justiça a qualquer preço. Hoje ele levou o menino ao Instituto Médico Legal para novos exames que podem ser decisivos na investigação.

A polícia já teve a confirmação do Instituto Médico Legal de que o garoto foi mesmo vítima de abuso sexual. Mas a covardia dos criminosos pode ter sido ainda maior. Os exames vão revelar se há resíduos de algum tipo de tóxico no sangue e na urina do garoto.

A suspeita de que ele possa ter ingerido drogas partiu dos próprios pais, assustados com a mudança de comportamento do filho.

Repórter: O que ele pede quando o senhor está fumando?

Pai: Ele abre a boca pra falar: papai me dá fumaça.

Sem entender o que se passa, o menino mostra os trabalhos da escola onde era um aluno aplicado e ganhava elogios da professora Paula, uma das pessoas suspeitas de abusar sexualmente das crianças.

O caso provocou tanta revolta que a escola voltou a ser alvo de bombas caseiras. As aulas foram suspensas e o policial militar contratado como segurança não dá qualquer informação.

Policial: Não conheço, não tenho previsão, nem informação a respeito.

APÊNDICE D – Degravação da reportagem exibida no dia 1º de abril de 1994.

Cabeça: Revolta em São Paulo: a escolinha de crianças vítimas de abuso é invadida e destruída durante a noite. Os donos da escola e o motorista, principais acusados, estão desaparecidos.

Com uma espécie de vigília na porta de escola, vizinhos e pais de alunos acompanharam uma semana de denúncias chocantes que terminou em destruição. Já era tarde da noite quando o segurança da escola recebeu o aviso de que uma bomba explodiria aqui.

O policial militar saiu. O que aconteceu em seguida foi, na verdade, uma explosão de revolta e violência. Um grupo de homens e mulheres do bairro invadiu a escola e foi destruindo o que via pela frente.

O que todos imaginavam ser cenário de brincadeiras de criança é agora um amontoado de vidros, móveis e brinquedos quebrados. Da cozinha a sala da diretora, tudo foi revirado. Os invasores escondem o rosto, mas contam o que fizeram.

Homem: O pessoal se revoltou, subiu, derrubou placa e aí invadiu todo mundo.

O delegado que investiga o caso condenou a violência e disse que o mais importante agora é conseguir as provas do crime de abuso sexual contra as crianças. Ele não teme a fuga dos acusados.

Delegado (Edécio Lemos): A fuga, por parte deles, seria uma confissão de culpa. A eventual dúvida cairia por terra.

Na semana que vem o delegado vai tomar novos depoimentos e pode ter dificuldades em encontrar um dos principais acusados: o motorista Maurício Alvarenga já fechou a casa onde mora e desapareceu.

ANEXOS

Durante a realização da análise de discurso e de conteúdo deste trabalho foram utilizadas reportagens retiradas da página do Jornal Nacional na Internet (<http://jornalnacional.globo.com>). Esse material pode ser consultado a seguir, como complemento da monografia e texto de apoio para a análise das matérias sobre o caso Isabella Nardoni.

ANEXO A – Reportagem exibida no dia 31 de março de 2008.

Menina morre ao cair de prédio.

Isabela, de cinco anos, caiu do sexto andar de um prédio em São Paulo no fim de semana e foi enterrada nesta segunda. Segundo a polícia, ela teria sido jogada por alguém. O pai da criança, a mulher dele e alguns vizinhos prestaram depoimentos.

Foi enterrado nesta segunda-feira o corpo da menina Isabela, de cinco anos, que caiu de um prédio em São Paulo neste fim de semana. Segundo a polícia, ela teria sido jogada por alguém. O pai da criança, a mulher dele e alguns vizinhos prestaram depoimentos.

Investigadores buscam pistas que possam ajudar a esclarecer a morte de Isabela. Nesta segunda-feira, depois do enterro, o comerciante José Arcanjo de Oliveira, avô da menina, quebrou o silêncio da família. “Abalou a família inteira. Tenho quatro netos. Ela vivia mais com a gente, então a gente tinha mais carinho por ela”, conta o avô.

A polícia não tem dúvidas de que Isabela foi jogada do sexto andar de um prédio, no sábado à noite. A tela de proteção da janela foi cortada e o retalho ficou no apartamento. A menina passava o fim de semana com o pai, Alexandre Nardoni, com a mulher do segundo casamento e dois filhos do casal.

Alexandre contou à polícia que voltou para a casa com a família, depois de visitar a sogra. Disse que, primeiro, subiu com Isabela. Acendeu a luz do abajur do quarto dela e deixou a menina dormindo. Depois, trancou a porta do apartamento e voltou à garagem para ajudar a mulher, que estava no carro com os dois filhos pequenos.

Contou que, ao entrar em casa, a luz do quarto estava acesa. Chegou a pensar que a menina tivesse caído da cama. Disse que, em seguida, notou a rede de proteção da janela cortada. Aí, viu o corpo de Isabela no jardim do prédio. Só quando os peritos entraram no apartamento, perceberam que era a tela do outro quarto que estava cortada. Isabela caiu do quarto dos irmãos.

Os policiais encontraram vestígio de sangue entre os quartos e a porta da sala. Um vizinho viu a reação do pai ao encontrar a menina caída.

Alexandre e a mulher, Ana Carolina Peixoto, passaram todo o domingo na delegacia. “Eles estão sendo averiguados porque estavam próximos da vítima”, confirma o delegado Calixto Calil Filho.

Alexandre levantou a possibilidade de algum desafeto ter entrado no apartamento e jogado Isabela. “Está um pouquinho difícil de acreditar nisso, mas não descarto a hipótese”, contesta o delegado.

Um operário que trabalhou no prédio se apresentou à polícia. Disse que discutiu com Alexandre por causa de uma antena de TV, mas negou envolvimento com o crime. O prédio é novo e tem poucos moradores. No sexto andar, só o apartamento de onde a menina caiu está ocupado.

Mesmo assim, um vizinho disse à polícia que ouviu gritos logo depois que a família chegou. O depoimento de uma testemunha que pode esclarecer o crime está sendo mantido em sigilo pela polícia.

Link: <http://jornalnacional.globo.com/Telejornais/JN/0,,MUL579081-10406,00-MENINA+MORRE+AO+CAIR+DE+PREDIO.html>

ANEXO B – Reportagem exibida no dia 1º de abril de 2008.

Interpretações diferentes

A polícia de São Paulo ouviu nesta terça mais seis pessoas para tentar esclarecer a morte da menina Isabela, que caiu do sexto andar do prédio onde mora o pai dela. Delegado e advogados do pai divergem.

A polícia de São Paulo ouviu nesta terça mais seis pessoas para tentar esclarecer a morte da menina Isabela, que caiu do sexto andar do prédio onde mora o pai dela. Dois depoimentos provocaram interpretações diferentes do delegado e dos advogados da família.

A sacada está aberta, mas a família ainda não voltou para o apartamento. A janela de onde, segundo a polícia, a menina foi jogada, está sem a tela de proteção, levada pelos peritos.

No prédio, ninguém fala para onde foram o pai de Isabela, a mulher e os dois filhos. “A gente não está autorizado a dar nenhuma declaração”. A rotina do prédio mudou. “No prédio hoje nem prestador de serviço pode entrar”, contou um funcionário. “Está triste”, resume uma empregada doméstica.

Foi do sexto andar do prédio que Isabela, de cinco anos, caiu no sábado à noite. O pai disse à polícia que levou a menina para o quarto dela, onde ficou dormindo e que depois foi buscar a mulher e os dois filhos pequenos na garagem.

Ele contou que ao voltar para o apartamento viu a tela da janela cortada e o corpo da menina no jardim do prédio. Segundo os peritos, Isabela foi jogada do quarto dos irmãos e havia vestígios de sangue no apartamento.

Quando os bombeiros chegaram, encontraram a menina viva. Ela tinha sofrido uma parada cardíaca. Houve tentativa de reanimação. Isabela foi colocada numa ambulância e morreu a caminho do hospital.

A polícia ouviu nesta terça seis pessoas: três moradores do condomínio, dois ex-vizinhos do casal e o primeiro policial a chegar ao prédio. Uma mesma declaração, feita por duas testemunhas que disseram terem ouvido gritos, provocou divergência entre os advogados do pai de Isabela e a polícia.

“Pára, pai. Pára pai’ é porque o pai tava fazendo alguma coisa de errado. Não se sabe se a voz era da criança que morreu”

“Veja bem, uma pessoa que está numa situação de risco fala: ‘Pára, pára’ e chama quem? Chama o pai: ‘Pai, pára. Pai, pai’”.

A mãe de Isabela ainda não prestou depoimento. Mas, numa página de relacionamentos na internet, agradeceu a solidariedade dos amigos. Também escreveu uma mensagem para Isabela.

"Filha maravilhosa da minha vida, você será eterna. Lutarei para conquistar tudo nessa vida em 'nosso nome'. Te amarei para sempre!".

Link: <http://jornalnacional.globo.com/Telejornais/JN/0,,MUL579113-10406,00-INTERPRETACOES+DIFERENTES.html>

ANEXO C – Reportagem exibida no dia 02 de abril de 2008.

Prisão para pai e madrasta de Isabella

A polícia de São Paulo pediu a prisão temporária do pai e da madrasta da menina. A criança, de cinco anos, morreu ao cair de uma das janelas do apartamento do casal, no último sábado.

A polícia de São Paulo pediu a prisão temporária do pai e da madrasta da menina Isabella. A criança, de cinco anos, morreu ao cair de uma das janelas do apartamento do casal, no último sábado.

O pedido de prisão temporária foi encaminhado ao Tribunal de Justiça por dois delegados. Um juiz vai decidir se Alexandre Nardoni e Ana Carolina Peixoto serão detidos. No prédio onde Isabella passava o fim de semana com o pai, a mulher dele e os dois filhos do casal, um vizinho contou o que viu e ouviu na noite de sábado.

“Por volta de meia-noite, nós estávamos na cozinha e ouvimos um barulho, um impacto. Não sabemos se é do corpo, mas logo em seguida nós ouvimos muitos gritos da mãe chamando socorro e supostamente estava ao telefone, porque ela dava o endereço do condomínio dizendo que a criança havia sido jogada do sexto andar, que a tela foi cortada e a criança foi jogada do sexto andar”, relatou o vizinho.

Um morador do prédio, que ainda não prestou depoimento à polícia, disse que ouviu mais. “Logo que eu descí, gritaram que havia ladrão no prédio, que isso tudo que se passou teria sido por um bandido”, acrescentou o morador.

Ele também descreveu a reação do pai e da mulher diante do corpo da menina: “Ela estava desesperada, transtornada, gritando, pedindo socorro. Em alguns momentos, ela até falava sobre a segurança do prédio, alguma coisa assim”, ele conta. “O comportamento dele foi ali. Ele esteve presente o tempo inteiro, se mostrou preocupado com a criança. Ele estava agachado, passava a mão na criança, tentava falar com ela”.

Imagens foram feitas na noite da queda da menina. Alexandre Nardoni aparece falando com um policial. Nesta quarta-feira, a mãe de Isabella esteve na delegacia. A chegada foi tumultuada. Ana Carolina Oliveira veio prestar depoimento acompanhada dos pais. Logo depois, o advogado de Alexandre Nardoni, pai da menina, entrou com uma mulher.

Ana Carolina ficou três horas na delegacia. Segundo a polícia, ela traçou um perfil sobre o relacionamento com o pai de Isabella e disse como eram os encontros do pai com a filha. Na saída, ela não quis comentar o depoimento. “Já dei minha declaração. Que a justiça seja feita”, ela disse aos jornalistas.

Não é a primeira vez que Ana Carolina vai a uma delegacia. Em 2003, segundo o que foi declarado por ela em um boletim de ocorrência, Alexandre Nardoni não aceitava que a criança fosse colocada em uma escolinha e teria ameaçado Ana Carolina e a mãe dela, dizendo que iria matá-las e sumir com a menina.

À noite, peritos foram à delegacia. Eles vão voltar ao apartamento de onde a menina caiu. Eles disseram que vão usar equipamentos mais modernos para procurar vestígios do crime.

O juiz Maurício Fossen, do 2º Tribunal do Júri de São Paulo, decretou a prisão temporária do casal Alexandre Nardoni e Ana Carolina Peixoto por 30 dias, segundo a assessoria do Tribunal de Justiça. Essa prisão pode ser prorrogada por outros 30 dias.

Os motivos do pedido de prisão ainda não foram divulgados, mas a expectativa da Justiça é que o casal se apresente o mais rapidamente possível. Presos temporários ficam separados dos outros detentos.

Os peritos do Instituto de Criminalística permanecem no prédio onde Isabella morreu. Nesta perícia mais minuciosa, eles usam aparelhos sofisticados, que podem detectar vestígios de sangue ou de cabelo, por exemplo, que não são visíveis a olho nu.

Link: <http://jornalnacional.globo.com/Telejornais/JN/0,,MUL579135-10406,00-PRISAO+PARA+PAI+E+MADRASTA+DE+ISABELLA.html>

ANEXO D – Reportagem exibida no dia 03 de abril de 2008.

Pai e madrasta de Isabella se entregam

Alexandre Alves Nardoni e Anna Carolina Jatobá estão presos temporariamente. Perícia já esteve três vezes no prédio onde a menina morreu.

Depois de um dia inteiro de expectativa, foram presos na tarde desta quinta, em São Paulo, o pai e a madrasta da menina Isabella Nardoni. O repórter César Tralli tem os detalhes.

O momento em que o casal se entrega aos policiais: os dois, pai e madrasta, saem do carro de um dos advogados. Primeiro, o pai, Alexandre Alves Nardoni, depois, a madrasta, Anna Carolina Jatobá. Eles são colocados dentro do carro oficial de um dos diretores da polícia e do fórum de Santana partem para a delegacia.

A entrega do casal começou a ser negociada às 15h. Os policiais chamaram os advogados e apresentaram novas provas periciais. Segundo a polícia, provas que reforçam a investigação sobre o crime.

Diante do resultado da perícia, os advogados concordaram em apresentar o pai e a madrasta, que eram procurados desde quarta, quando tiveram a prisão temporária decretada.

Antes de se entregar aos policiais, o pai e a madrasta se apresentaram ao juiz que decretou a prisão. Mas, segundo a polícia, os dois foram hostilizados por pessoas que presenciaram a chegada deles no fórum.

Por segurança, o casal só saiu do fórum com reforço policial. Na delegacia, os dois entraram pelos fundos e foram direto para a sala do delegado que apura o caso no segundo andar do distrito.

“São algumas contradições, são vários pontos que precisam ser esclarecidos. A prisão temporária é justamente para isso. A polícia fez a sua parte, colheu os pontos

contraditórios, representou ao juiz, o casal está sob custódia, se apresentou e eu acho que a cautela é o melhor caminho”, declarou o delegado Aldo Galeano.

Perícia já foi três vezes ao prédio onde Isabella morreu

No apartamento do casal, peritos passaram a madrugada procurando pistas das circunstâncias da morte de Isabella. A reportagem é de César Galvão.

Todo o material recolhido, em seis dias de investigação, está no Instituto de Criminalística. Na quarta, pela terceira vez, os peritos voltaram ao prédio. Da janela de onde Isabela caiu, tiraram fotos. Usaram uma boneca para tentar reproduzir em que posição a menina foi encontrada no jardim.

Com equipamentos sofisticados, procuraram dentro do apartamento vestígios de fios de cabelo e fibras de tecido e aplicaram um produto químico que ajuda a identificar manchas de sangue imperceptíveis a olho nu. Também vistoriaram a garagem e o carro da família Nardoni.

O Instituto de Criminalista decidiu tirar o DNA de gotas de sangue encontradas no lençol para comparar com o sangue de Isabella.

A perícia já confirmou que a tela de proteção da janela foi cortada com uma tesoura. Na noite da morte da menina, uma tesoura foi apreendida no apartamento.

Peritos também acharam, em outro apartamento que fica no mesmo prédio e que pertence à irmã de Alexandre, roupas que ele usava no sábado. O mesmo juiz, que na quarta decretou a prisão do casal Nardoni, também determinou sigilo nas investigações.

Anna Carolina Oliveira, mãe de Isabella, ainda não comentou a prisão do casal.

Link: <http://jornalnacional.globo.com/Telejornais/JN/0,,MUL579163-10406,00-PAI+E+MADRASTA+DE+ISABELLA+SE+ENTREGAM.html>

ANEXO E – Reportagem exibida no dia 04 de abril de 2008.

Caso Isabella tem muitas contradições

Para o promotor Francisco Cembranelli, várias versões dadas à polícia pelo pai e pela madrasta da criança são fantasiosas.

O promotor que acompanha as investigações da morte da menina Isabella afirmou nesta sexta, em São Paulo, que há muitas contradições a serem esclarecidas no caso. Para Francisco Cembranelli, várias versões dadas à polícia pelo pai e pela madrasta da criança são fantasiosas.

Amigos e parentes lotaram a Igreja Nossa Senhora da Candelária na zona norte de São Paulo. Ana Carolina Oliveira e a família vestiam uma camiseta com a foto da menina e a mensagem: 'Isabella, nossa estrelinha para sempre'.

O padre começou a missa com um pedido de força e disse que a celebração era um grande grito em defesa da vida humana.

Quais as circunstâncias e o que provocou a morte de Isabella ainda são perguntas sem respostas. O pai e a madrasta da menina estão presos preventivamente desde a noite de quinta.

Nesta sexta, o promotor do caso, numa entrevista coletiva, defendeu a prisão do casal. "O casal solto poderia talvez comprometer o esclarecimento de fatos importantes, porque não seriam impedidos de voltar ao local, já que é moradia de ambos e aí haveria um contato absolutamente impossível de ser evitado com as testemunhas, com as pessoas que ainda seriam ouvidas, funcionários do prédio".

O advogado do casal, Marco Polo Levorin, visitou nesta sexta Alexandre Nardoni na delegacia onde está preso. Disse que na segunda-feira vai entrar com pedido de habeas corpus.

“Em nenhum momento ele demonstrou qualquer risco pra produção de prova, qualquer risco no que tange às testemunhas, qualquer risco no que tange a produção de qualquer elemento. Então, na realidade, a gente percebe que houve uma precipitação”.

O Ministério Público duvida da versão apresentada pelo pai e pela madrasta de Isabella. O promotor Francisco José Cembranelli que acompanha o caso afirma que existem contradições entre o que dizem os suspeitos e as testemunhas. Por exemplo, os horários em que o casal chegou ao prédio, em que Alexandre teria subido até o apartamento e descido depois.

“Existem muitos trechos bastante fantasiosos, difíceis de se concretizar. Num primeiro momento, quando eles desceram e havia toda aquela movimentação pra tentar tirar a menina dali, pessoas ouviram ele dizer que havia um ladrão na casa e provavelmente a porta havia sido arrombada por um ladrão. Depois, no depoimento, isso não é mencionado em nenhum momento e a perícia, claro, vai apresentar a conclusão de que não havia sinal de arrombamento”.

O Jornal Nacional teve acesso a um boletim e nele realmente o pai de Isabella não menciona um arrombamento.

O promotor também acha estranho o casal não ter falado nada sobre o sangue encontrado no apartamento. “Nenhum momento ninguém revela absolutamente nada, nem mesmo quando retornaram, revelaram que havia sangue desde a entrada próximo da porta de ingresso”.

O advogado do casal acha que ainda é cedo para qualquer conclusão. “Por hora, é muito temerário você emitir juízo de valor sobre as pessoas ou sobre as provas que sequer existem no âmbito do inquérito policial”.

Mais tarde, em uma nova entrevista, o promotor Francisco José Cembranelli disse que a investigação deve levar em conta dois outros boletins de ocorrência que envolvem Alexandre Nardoni e Anna Carolina Jatobá.

Um deles foi registrado pela mãe de Isabella em 2003. Segundo o documento, Alexandre não aceitava que a filha freqüentasse uma escolinha e chegou a fazer ameaças de morte à

ex-companheira. O outro boletim sobre um acidente de trânsito envolve o casal que hoje está preso.

“Alguns boletins de ocorrência que foram anexados e mostram alguns aspectos da personalidade dos envolvidos”, finaliza o promotor.

Link: <http://jornalnacional.globo.com/Telejornais/JN/0,,MUL579178-10406,00-CASO+ISABELLA+TEM+MUITAS+CONTRADICOES.html>

ANEXO F – Reportagem exibida no dia 04 de abril de 2008.

Sem drogas ou álcool no dia do crime

Um laudo preliminar não indicou presença de entorpecentes e bebidas no sangue do pai e da madrasta de Isabella no dia do crime, mas outros exames e perícias ainda estão sendo realizados.

Um laudo preliminar não indicou presença de drogas ou álcool no sangue do pai e da madrasta de Isabella no dia do crime, mas outros exames e perícias ainda estão sendo realizados.

Um grupo de peritos voltou nesta sexta ao prédio onde Isabella morreu. Pela quarta vez, coletaram informações, tiraram fotos do lado de fora do edifício, estiveram na guarita onde fica o porteiro, olharam de novo o jardim onde o corpo da menina foi encontrado, fizeram anotações, tiraram medidas.

“São perícias complementares, dúvida que a gente tem para acrescentar ao inquérito, mas não posso falar mais nada”, declarou uma perita.

Segundo a polícia, o resultado preliminar dos exames feitos em Alexandre Nardoni e Anna Carolina Jatobá não indicaram a presença de drogas ou álcool no sangue. O material agora passará por uma análise mais detalhada para verificar se houve o consumo de algum tipo de medicamento.

A perícia também concluiu que a tela de proteção da janela foi cortada por dois objetos: uma faca de serra e uma tesoura.

Nesta sexta, na escola onde Isabella estudava, a mãe, Ana Carolina Oliveira, foi buscar os pertences da filha.

Em conversa por telefone com a TV Globo, ela não quis comentar as cartas que foram divulgadas na quinta pelo pai e pela madrasta da criança. Disse que está muito abalada. No sábado, Ana Carolina faz aniversário, 24 anos.

O pai da menina, Alexandre Nardoni, está preso numa delegacia no centro da cidade. Ele aparece numa imagem gravada pelo sistema de segurança da carceragem.

Alexandre ocupa uma cela individual, com 9 m². Tem cama, colchão e um banheiro. Nesta sexta, recebeu apenas a visita do advogado. A entrada de parentes e amigos só é permitida às quintas-feiras e a cada 15 dias.

A madrasta de Isabella, Anna Carolina Jatobá, está numa outra delegacia, na Zona Sul. Ocupa uma cela semelhante a de Alexandre, com cama, colchão e banheiro.

Segundo a delegada, Anna Carolina só aceitou uma refeição na tarde desta sexta-feira. No dia de visita na delegacia, ela recebeu o pai, Alexandre José Jatobá, que falou sobre os netos.

“As crianças estão guardadas, estão com minha esposa e comigo. O Pietro na hora de dormir está me dando trabalho porque eu não tenho mais o que falar pra ele”.

No fim da tarde, o promotor que cuida do caso foi ao apartamento de Alexandre Nardoni acompanhado de delegados. Ele quer conhecer o local para acompanhar melhor os próximos passos da investigação.

Link: <http://jornalnacional.globo.com/Telejornais/JN/0,,MUL579179-10406,00-SEM+DROGAS+OU+ALCOOL+NO+DIA+DO+CRIME.html>

ANEXO G – Reportagem exibida no dia 04 de abril de 2008.

Esclarecendo a prisão temporária

O caso Isabella abre a discussão e criminalistas ouvidos pelo Jornal Nacional dizem que a prisão temporária não deve ser interpretada como uma sentença de culpa.

A prisão temporária é pedida para que um suspeito seja investigado. Criminalistas ouvidos pelo Jornal Nacional dizem que ela não deve ser interpretada como uma sentença de culpa.

Uma criança morta, nenhuma testemunha ocular e duas pessoas presas. Esses são os elementos de uma investigação que ainda está longe de ser concluída. Logo após a prisão, a polícia pediu cautela.

“Nós não podemos entrar em polêmica e cometer qualquer erro, qualquer injustiça. Nós precisamos ter prudência, cautela”, disse o delegado Aldo Galeano Júnior.

Então por que Alexandre e Ana Carolina foram presos? Está na lei: a prisão temporária pode ser decretada quando há homicídio e quando a detenção de um suspeito é considerada imprescindível para a investigação.

Para alguns criminalistas, a prisão temporária pode prejudicar um inocente já que ela pressupõe uma culpa. Por isso eles defendem que suspeitos sem antecedentes criminais, que tenham endereço fixo, onde possam ser localizados a qualquer momento, devem aguardar a conclusão dos fatos em liberdade.

“Infelizmente, a população, o que é natural, num caso grave, trágico como esse, busca um suspeito, busca uma resposta. Mas essa resposta tem que ser correta. Você não pode dar uma resposta só para acalmar os ânimos. Tem que ser uma resposta efetiva, ou seja, tem que mostrar para todos o que realmente aconteceu. Essa é a função da polícia”, declarou o advogado criminalista Carlos Kauffman.

Neste caso, o pedido de prisão temporária se baseou na possibilidade de o casal esconder ou destruir provas que possam ser importantes na investigação.

O processo que apura o assassinato da menina Isabella corre em segredo de Justiça. Isso quer dizer que, até que tudo seja totalmente esclarecido, fica difícil saber o que é verdade e o que é especulação.

Link: <http://jornalnacional.globo.com/Telejornais/JN/0,,MUL579180-10406,00-ESCLARECENDO+A+PRISAO+TEMPORARIA.html>

ANEXO H – Reportagem exibida no dia 05 de abril de 2008.

Mãe fala sobre a morte da filha

Uma semana depois da morte da filha de 5 anos, Ana Carolina Oliveira falou com os jornalistas. A mãe de Isabella disse que confia nas investigações da polícia para descobrir como a filha morreu enquanto estava com o pai e a madrasta, no sábado passado.

Hoje seria um dia de comemoração: Ana Carolina Oliveira completa 24 anos. Mas, no lugar da festa, houve oração e muita demonstração de carinho.

A mãe de Isabella foi logo cedo a um culto religioso no mesmo bairro onde mora, na zona norte de São Paulo. Na volta, encontrou um grupo de manifestantes com cartazes de solidariedade em frente a sua casa. Ela, então, recebeu o apoio de desconhecidos que até arriscaram um parabéns. E falou com os jornalistas.

“Eu vou levar minha vida do mesmo jeito, em nosso nome e de tudo que prometi e dos planos que tínhamos juntos”, disse.

O apoio de amigos e da família, segundo Ana Carolina, tem lhe dado forças para tocar a vida sem a filha Isabella: “Sempre me ajuda, é sempre uma força ter pessoas que são humanas e que nos ajudam”.

Ana Carolina deu uma entrevista por telefone durante a edição do Jornal Hoje. Ela disse que pretende voltar logo a trabalhar e que a filha sempre estará olhando por ela.

“Eu gostaria primeiro de ter a minha filha aqui ao meu lado, mas, como eu não tenho, eu sei que ela está lá em cima olhando por mim. Ela um dia falou assim: ‘Mamãe, a única coisa que eu não gosto é de ver você triste’. Então é isso que faz com que eu me lembre dela, tenha uma imagem linda dela e não fique triste. Eu não quero sofrer, eu quero apenas ter saudade”, afirmou.

A mãe de Isabela também disse que não acredita que seu depoimento tenha sido fundamental para a Justiça decretar a prisão temporária de Alexandre Nardoni e da mulher

dele, Ana Carolina Jatobá. Ela acha que, em uma semana, o inquérito correu bem e não pede pressa nas investigações: “Que demore o tempo necessário para que se encontre o culpado e que haja justiça mesmo”.

Link: <http://jornalnacional.globo.com/Telejornais/JN/0,,MUL579199-10406,00-MAE+FALA+SOBRE+A+MORTE+DA+FILHA.html>

ANEXO I – Reportagem exibida no dia 05 de abril de 2008.

Ministério Público fará reconstituição

O Ministério Público confirmou hoje que fará uma reconstituição da morte de Isabella Nardoni no prédio onde ocorreu a tragédia. A data ainda não foi marcada.

Os suspeitos Alexandre Nardoni, pai de Isabella, e Ana Carolina Jatobá, madrasta, passaram a segunda noite na prisão. Em uma delegacia na Zona Sul, Ana Carolina fica a maior parte do dia deitada, segundo uma carcereira.

Hoje ela não recebeu visitas. O almoço dela e das outras presas chegou no fim da manhã: marmitas, suco e rapadura. À tarde, em outra delegacia, no Centro de São Paulo, Alexandre Nardoni recebeu a visita dos advogados.

Na segunda-feira, eles devem entrar com o pedido de habeas-corpus no Tribunal de Justiça de São Paulo para que o casal responda ao processo em liberdade.

O interrogatório dos dois suspeitos ainda não foi marcado. O Ministério Público confirmou que será feita uma reconstituição do caso, mas a data também não foi definida. Peritos confirmaram que foi mesmo encontrado sangue em um lençol e na maçaneta da porta de entrada do apartamento.

Link: <http://jornalnacional.globo.com/Telejornais/JN/0,,MUL579201-10406,00-MINISTERIO+PUBLICO+FARA+RECONSTITUICAO.html>